

Conceito de mediação oral da informação: elementos de bases referenciais

Marcos Aparecido Rodrigues do Prado^I
<https://orcid.org/0000-0001-8783-3280>

Filipe Vinícius Cabral Neri^I
<https://orcid.org/0009-0004-5385-8112>

Sueli Bortolin^{II}
<https://orcid.org/0000-0001-7411-2716>

^I Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, Brasil

^{II} Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, Brasil

Resumo: A mediação oral da informação é uma extensão conceitual da mediação na Ciência da Informação, que abarca a oralidade em sua essência e ainda é pouco explorada no campo informacional. Observou-se que, apesar da sua importância comunicacional, a oralidade ainda não possui aderência epistêmica na Ciência da Informação. Também foi identificado que havia uma lacuna conceitual nesse domínio para definir de maneira específica os processos de mediação oral da informação. Assim, o presente estudo objetivou elaborar um conceito para mediação oral da informação. Metodologicamente esta investigação empregou a pesquisa bibliográfica, tipificada em natureza básica, com abordagem qualitativa às suas análises estruturadas em revisão bibliográfica. Os procedimentos da pesquisa bibliográfica foram sistematizados em quatro categorias analíticas: mediação da informação, linguagem, oralidade e fontes orais. Como resultado, após uma densa análise da literatura especializada, propôs-se um conceito para definir o processo de mediação oral da informação tendo como base referencial os estudos de Bortolin em consonância com o entendimento de mediação da informação concebido por Almeida Júnior. Portanto, o conceito para mediação oral da informação aqui elaborado contempla os quatro elementos da oralidade, identificados por Bortolin, que são: a voz, o corpo, o espaço e a presença.

Palavras-chave: mediação oral da informação; mediação da informação; conceito; oralidade; fontes orais

1 Introdução

A mediação oral da informação é um processo que se estrutura pelas múltiplas formas caracterizadas nas linguagens da oralidade. Neste sentido, entende-se

que a oralidade configura relevância histórica e sociocultural como fonte de informação por se inserir nos fluxos informacionais da sociedade contemporânea, inclusive pelos dispositivos e aparatos de tecnologias da comunicação em rede que prevalecem atualmente.

No entanto, a mediação oral da informação ainda não dispõe de um conceito instituído no âmbito da Ciência da Informação, apesar de este domínio contar com estudiosos dedicados às pesquisas especializadas no enfoque temático em questão. Logo, considera-se necessário que a mediação oral da informação tenha noções de entendimentos a partir de um conceito específico.

Mas é preciso mencionar, para os devidos registros, que já existe um enunciado incipiente à noção conceitual de mediação oral da informação e este foi elaborado por Bortolin (2013). Todavia, esse enunciado foi publicado em uma fonte de informação alternativa aos canais convencionais da comunicação científica. Com isso, essa noção conceitual embrionária não repercutiu impactos por citações e nem mesmo causou efeitos de críticas ou acréscimos pela comunidade científica de Ciência da Informação brasileira, como se notou a partir das leituras realizadas nas bibliografias utilizadas na fundamentação teórica desta pesquisa.

Julga-se pertinente elucidar que os esforços aqui empreendidos não suprimem a definição preliminar de Bortolin (2013) às concepções nocionais atribuídas ao entendimento referencial de mediação oral da informação. Entretanto, o presente estudo optou por realizar uma pesquisa mais densa e abrangente para oferecer um conceito específico ao mencionado processo mediacional da oralidade.

Sob bases de aprofundamentos teóricos substanciais, o presente artigo tem como objetivo contribuir para o estabelecimento de um conceito acerca da mediação oral da informação. Assim, empregou-se metodologicamente nesta investigação a pesquisa bibliográfica que foi constituída de natureza básica com abordagem qualitativa às suas análises estruturadas em revisão bibliográfica. Desse modo, a pesquisa bibliográfica foi sistematizada por categorias analíticas que se organizaram em quatro subdivisões de tópicos, que são respectivamente: (1) mediação da informação, (2) linguagem, (3) oralidade e (4) fontes orais. Para

cada uma dessas categorias foram extraídas das bibliografias utilizadas no estudo uma série de propriedades de elementos teóricos, tais como: **noções fundamentais** (conceitos, definições, concepções e atributos referenciais); **características específicas** (componentes históricos, traços de semelhanças e de distinções e trechos comparativos entre aspectos de fatores específicos); e **entendimentos convergentes ou divergentes** (assuntos ou aspectos específicos em que as autorias apresentaram ideias similares ou opostas).

O problema de pesquisa que determina motivação a esta investigação implica na seguinte questão: quais elementos referenciais são necessários e essenciais para serem incorporados no enunciado conceitual a ser proposto à mediação oral da informação?

Para alcançar o seu propósito, este artigo delinea-se por cinco tópicos, identificados como seções, que expressam reflexões substanciais a respeito da mediação oral da informação. Deste modo, a primeira seção consiste nesta introdução; a segunda seção apresenta entendimentos substanciais da mediação da informação; a terceira seção explora os aspectos nocionais da linguagem, da oralidade e das fontes orais, permitindo que haja aprofundamentos significativos; a quarta seção discute os elementos que embasam o sentido de mediação oral da informação para, desta forma, oferecer um enunciado conceitual específico a este processo mediacional com afinidades referenciais à Ciência da Informação; por fim, a quinta seção contém as considerações finais.

2 Contexto teórico da mediação da informação

A definição de mediação da informação na Ciência da Informação foi cunhada por Oswaldo Francisco de Almeida Júnior e sua primeira divulgação ocorreu no VII Encuentro de Educadores e Investigadores en Bibliotecologia, Archivologia, Ciencias de la Información y de la Documentación de Iberoamérica y el Caribe (EDIBCIC) em Marília, São Paulo por meio dos anais “[...] publicados em formato de CD-Rom, anos depois foi disponibilizado também no formato eletrônico na internet” (Santos Neto, 2019, p. 116). Ela se apresenta como um processo de interferência.

Logo, é factível compreender que “A mediação da informação abrange, pois, todo o fazer profissional do bibliotecário, alcançando todos os setores de sua atuação, desde a seleção de recursos bibliográficos até a disseminação da informação” (Carvalho; Nascimento; Bezerra, 2018, p. 468).

Assim, pela ideia de mediação da informação, se reconhece que produtos e serviços em bibliotecas e unidades congêneres são desenvolvidos e ofertados aos sujeitos informacionais com aspectos e características intervencionistas (Gomes, 2016; Santos Neto, 2019, 2023). Pois, toda ação do profissional da informação é essencialmente mediadora e, em absoluto, ausente de neutralidade (Almeida Júnior; Bortolin, 2008; Almeida Júnior, 2009, 2015).

Deste modo, consideram-se inadequados o entendimento e a presunção da neutralidade, e também da imparcialidade, como preceitos deontológicos requeridos e exigidos às rotinas do profissional da informação (Fadel *et al.*, 2010). Nesta perspectiva, “O profissional da informação [...] deve se preocupar com a relação muito próxima entre interferência e manipulação. Esta, sim, deve ser totalmente abolida das ações do profissional [...] em seu fazer” (Almeida Júnior; Bortolin, 2008, p. 74).

Atribui-se a Almeida Júnior (2006) o pioneirismo de introduzir as discussões e o conceito que outorga noções referenciais específicas para mediação na Ciência da Informação. Esta iniciativa foi totalmente brasileira e permitiu ampliações significativas nas bases fundamentais da Ciência da Informação nacional (Araújo, 2018). Com isso, no Brasil, “A mediação e suas vertentes têm se mostrado como um dos paradigmas contemporâneos da Ciência da Informação” (Silva; Nunes; Cavalcante, 2018, p. 41).

Posteriormente, Almeida Júnior (2009) reformulou o enunciado conceitual de mediação da informação acrescentando novos atributos considerados necessários para se qualificar uma definição mais consistente. Todavia, mantendo o processo de evolução conceitual, a definição de mediação da informação foi novamente reestruturada por Almeida Júnior (2015) visando incorporar ampliações de características consideradas fundamentais ao seu entendimento de referência nocional.

Desde o seu surgimento na Ciência da Informação brasileira, a mediação segue em progresso contínuo para influenciar as pesquisas deste domínio (Silva; Nunes; Cavalcante, 2018; Santos Neto, 2019). Notadamente, é preciso ressaltar que:

Na Ciência da Informação brasileira, a mediação é abordada em suas dimensões dialógica, estética, formativa e ética, e também em perspectiva lógica, ontológica, epistemológica e metodológica, podendo estar relacionada à fala, à escrita, à linguagem, à consciência ou à tecnologia (Bezerra, 2024, p. 64).

É fato constatado que a mediação da informação se firmou como campo emergente para estudos na Ciência da Informação, conforme comprovam as pesquisas de Santos Neto (2019) e Silva (2024). E neste contexto, Almeida Júnior (2006, 2009, 2015) notabilizou-se como referência teórica majoritária na Ciência da Informação brasileira para assegurar entendimentos conceituais predominantes à ideia de mediação da informação (Silva; Nunes; Cavalcante, 2018; Santos Neto, 2019; Silva, 2024). Deste modo, a definição atual que qualifica sentidos referenciais à noção de mediação da informação compreende:

Toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais (Almeida Júnior, 2015, p. 25).

Pelo enunciado se percebe que a mediação da informação é essencialmente um processo e não pode ser compreendida, de forma alguma, como atividade fortuita ou tarefa eventual, aspecto contemplado nas analogias de Martins (2014) e Prado (2023). Pois, como defende Santos Neto (2023), a mediação da informação se desenvolve em:

[...] um processo contínuo e complexo que tem por essência a comunicação e a interação entre sujeito, objetos, instituições, em diversas instâncias com a finalidade de que os sujeitos se apropriem da informação para que possam construir conhecimento (Santos Neto, 2023, p. 3).

Verifica-se que mediação não se trata de algo insólito, exótico ou modismo circunstancial (Almeida Júnior, 2009; Prado, 2023). Qualifica-se como

um processo dialeticamente articulado no tempo e no espaço sob a interferência das mudanças políticas e socioculturais que impactam o desenvolvimento material da humanidade (Martín-Barbero, 2015; Gomes, 2016, 2023).

Antes mesmo de se incorporar às bases fundamentais da Ciência da Informação, a mediação já dispunha de substancial aporte teórico na Filosofia (Martins; Marteleto, 2021), além de configurar interesse em outros domínios de especialidades do conhecimento (Bortolin, 2010; Santos Neto, 2019).

Então, diante de uma mediação delineada pela formulação dialética, é preciso reconhecer que o seu processo se estrutura em características comunicacionais, ainda que a intencionalidade não seja conscientemente explícita nas ações de transmissão mediacional (Martín-Barbero, 2015; Martins; Marteleto, 2021). Com isso, “[...] a mediação está intimamente ligada ao processo de comunicação, à transmissão de informações, à habilidade de atribuir significados e à interpretação da realidade sob diversas perspectivas” (Lima; Arruda; Prado, 2024, p. 2).

Neste sentido, entende-se que a mediação também possui atributos semióticos porque os seus processos requerem da circulação de signos nos dinâmicos fluxos da linguagem (sonora, visual e verbal) (Gomes, 2016; Santaella, 2019). “Sendo assim, a mediação nos níveis socio-simbólico e institucional-profissional seria um processo simbólico ligado à aprendizagem, à tradução, à troca e à comunicação por signos” (Almeida, 2012, p. 7).

Logo, entende-se que o aspecto comunicacional da mediação da informação é baseado em estruturas semióticas que interferem nos processos de receptividade e de apropriação informacionais (Gomes, 2016). Pois, como defende Santaella (2014, p. 189), “[...] não há mediação sem signo. São os signos, as linguagens, que abrem, à sua maneira, as portas de acesso ao que chamamos de realidade”.

Sobremaneira, a mediação da informação deve ser vislumbrada pela perspectiva sociocultural (Feitosa, 1998, 2016; Silva, 2015; Almeida, 2008, 2014). Isso porque recepção e apropriação informacionais são aspectos humanos resultantes de processos mediados em relações interativas diretas ou indiretamente (Gomes, 2016). Assim, a mediação da informação se desenvolve

sob a influência das transformações constantes na sociedade e de “[...] seus modos de comunicação, de interação, de trocas e interlocuções [...]” (Feitosa, 2020, p. 47).

Por ser culturalmente estabelecida, a mediação, incluindo a mediação da informação, se articula em conformidade aos interesses e às necessidades de suas ações intervencionistas (Gomes, 2016). Logo, “A *mediação* pode ser pensada como uma espécie de estrutura incrustada nas práticas sociais e na vida cotidiana das pessoas que, ao realizar-se através dessas práticas, traduz-se em *múltiplas mediações*” (Lopes, 2014, p. 68).

Um bom exemplo a ser ressaltado na ideia de pluralidade das mediações são as tecnologias, especialmente os recursos que envolvem a comunicação informacional e seus aparatos para interação social e disseminação de conteúdo (Almeida, 2014), tendo as redes sociais um papel fundamental nesse processo. Sem dúvida, a tecnologia é parte integrante e extensão sociocultural humana, tornando-se recurso indispensável aos processos de mediação (Santaella, 2010). Nesse sentido, Santaella (2014, p. 189) discursa: “No coração, no âmago, no cerne de quaisquer mediações – culturais, tecnológicas, midiáticas - está a linguagem, é justamente a linguagem, camada processual mediadora, que revela, vela, desvela, para nós o mundo, é o que nos constitui como humanos”.

Assim, pensar a mediação consiste em reconhecer as muitas formas de se realizar ações processuais que são essencialmente intervenções em contextos culturais (Feitosa, 2016), mesmo quando ocorre em ambientes tecnologicamente mediados (Almeida, 2014) ou com as narrativas de tradições orais (McGarry, 1999). De todo o modo, é preciso notabilizar esforços para realçar a importância da mediação oral da informação e também das fontes orais.

3 A linguagem, a oralidade e as fontes orais

Para refletir o contexto teórico da oralidade considera-se necessário introduzir entendimentos nocionais a respeito da linguagem e sua importância social. Pois, a linguagem é uma elaboração cognitiva de construção dinâmica moldada em complexos processos históricos e socioculturais (Kristeva, 1969). Por esta perspectiva identifica-se que “[...] todas as práticas humanas são tipos de

linguagens, já que elas têm a função de demarcar, significar e comunicar” (Cintra *et al.*, 2002, p. 26).

A linguagem cumpre uma função objetiva e significativa na sociedade humana por estabelecer interlocuções comunicativas dotadas de atributos semióticos que expressam referência com signos, sentidos e percepções (Santaella, 2019). E neste processo de expressão referenciada, não somente semiótica, mas também semiológica, Saussure (2006, p. 15) identifica que “A linguagem tem um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro”. E em tal contexto de convivência interativa entre o indivíduo e a sociedade a linguagem se torna fruto do seu meio e possui sensibilidades flexíveis para incorporações linguísticas em experiências comunicacionais (Spink, 2010).

Em princípio, e por equívoco, a oralidade remete a um sentido restrito à expressão vocal (Merleau-Ponty, 2011). No entanto, a “[...] sua apresentação não se limita apenas à palavra já construída na fala, mas também ao choro, ao grito, à risada, aos sons guturais etc.” (Constantino; Silva, 2024, p. 2). É pela oralidade que traços e gestos corporais expressam capacidades comunicativas para estender e ampliar as potencialidades da fala (Furlan; Bocchi, 2003). Logo, segundo Merleau-Ponty (2011, p. 249), entende-se que “A fala é um verdadeiro gesto e contém o seu sentido, assim como o gesto contém o seu”. Em tal contexto, não somente os sons são atributos da linguagem oral, mas também “Os silêncios, as repetições, o nervosismo, o riso, o choro, erros e esquecimentos, golpes de imaginação, mudanças de assunto e associações [...]” (Troncoso de la Fuente, 1999, p. 140, tradução nossa).

Sendo assim, a partir de Merleau-Ponty (2011), compreende-se que as nuances concebíveis para o entendimento de oralidade se expandem pelas diferentes manifestações do corpo humano. Em consonância, Zumthor (1997, p. 203) defende que “A oralidade não se reduz à ação da voz. Expansão do corpo, embora não o esgote. A oralidade implica tudo o que, em nós, se endereça ao outro: seja um gesto mudo, um olhar”. Por conseguinte, a oralidade não se resume à fala porque há outras formas incorporadas na comunicação humana que expressam sentido complementar ou acréscimo, até mesmo substituição, às

manifestações da voz (Merleau-Ponty, 2011). Para Vigotsky (2001, p. 457) essa forma alternativa e complementar à fala como dispositivo da oralidade é a expansão da linguagem como “[...] possibilidade de entonação expressiva, mímica e gesto”.

É compreensível que as palavras conferem importância nesse processo de transmissão informacional porque se inserem no repertório linguístico instituído socialmente (Spink, 2010). A palavra é uma partícula da linguagem (McGarry, 1999) que expressa intencionalidade de sentido (Biderman, 1998) e, por isso mesmo, possui função semântica (Ong, 1998). Como recurso da linguagem humana, a palavra é dotada de características nem sempre aparentes e explícitas no seu sentido linguístico (Furlan; Bocchi, 2003). Pois, como explica Pêcheux (1988, p. 160):

[...] o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe em si mesmo (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas).

Além das questões ideológicas mencionadas por Pêcheux (1988), as palavras também manifestam propósitos de quem as pronunciam (Kristeva, 1969). Com isso, a fala se organiza por uma sequência lógica de palavras intencionadas pelo sujeito de forma consciente ou não e envolve a sua voluntariedade comunicacional (Orlandi, 2001). Se trata de um processo cognitivo caracterizado como ilocucionário, conforme define Austin (1990). Pois, “[...] a palavra é um certo lugar do meu mundo linguístico, ela faz parte do meu equipamento, só tenho um meio de representá-la para mim, é pronunciá-la [...]” (Merleau-Ponty, 2011, p. 246). Com isso, a intencionalidade na fala permeia a decisão tomada por um determinado sujeito sobre o que se dizer, o quanto se dizer, para quem se dizer, onde se dizer e como se dizer. Em todo este processo a palavra repercute pela dimensão do seu significado na cultura social. Afinal, “[...] é no interior de um mundo já falado e falante que refletimos” (Merleau-Ponty, 2011, p. 250).

Doravante, entende-se que “A palavra desprovida de significado não é palavra, é um som vazio. Logo, o significado é um traço constitutivo

indispensável da palavra” (Vigotsky, 2001, p. 398). A palavra possui sentido e este é a sua essência referencial que determina a sua função linguística na sociedade por ser instituída em conveniências estruturantes dos processos históricos e culturais (Saussure, 2006). “Ora, se a palavra é detentora de seu sentido, resta-nos, contudo, compreender a maneira pela qual esse sentido é criado e como ele se dá à comunicação” (Furlan; Bocchi, 2003, p. 447). E a ideia de sentido como atributo das palavras se refere especificamente a:

[...] uma construção social, um empreendimento coletivo mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas, na dinâmica das relações sociais, historicamente datadas e culturalmente localizadas, constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta (Spink, 2010, p. 34).

É pelo seu sentido que as palavras designam aspectos de força e poder linguísticos em um determinado contexto social (Merleau-Ponty, 2011). Isso porque “É a partir da *palavra* que as entidades da realidade podem ser nomeadas e identificadas. A denominação dessas realidades cria um universo significativo revelado pela linguagem” (Biderman, 1998, p. 88). Desse modo, as palavras representam formas de poder e persuasão da linguagem, caracterizando domínio de interesses discursivos com vieses específicos e ideologicamente direcionados (Pêcheux, 1988). “É na língua que a ideologia se materializa. Nas palavras dos sujeitos” (Orlandi, 2001, p. 38).

Dessarte, como defende Olson (2002), as palavras utilizadas para nomear, no processo de representação informacional, por exemplo, explicitam o poder de alguém que foi outorgado a esta responsabilidade protagonista em alguma instituição social, inclusive nas bibliotecas e em outros equipamentos congêneres. Para Biderman (1998, p. 88) “A atividade de nomear, isto é, a utilização de palavras para designar os referentes extralinguísticos é específica da espécie humana. A nomeação resulta do processo de categorização”.

Neste contexto, as palavras, como termos linguísticos, são dotadas de sentidos e atributos referenciais designados pela nomeação utilizada nas conveniências de formalização da linguagem culturalmente instituída (Olson, 2002). Porém, “Os sentidos são fluídos e contextuais” (Spink, 2010, p. 28). E neste processo referencial para designação dos sentidos a atribuição de nomes é

um privilégio que demonstra poder instituído social e culturalmente (Biderman, 1998). Desse modo, como defende Chomsky (1980, p. 40):

Os nomes são associados aos objetos arbitrariamente. [...] Cada nome pertence a uma categoria linguística que está inserida, de uma determinada maneira, no sistema gramatical, e os objetos nomeados localizam-se em uma estrutura cognitiva de certa complexidade.

As palavras são componentes estruturantes da linguagem, formal ou informal, e são recursos enunciados pela voz humana para manifestação da oralidade (Biderman, 1998). Sendo esta uma característica da expressão humana para manifestar elementos de linguagens no processo de comunicação (Galvão; Batista, 2006). Neste sentido, observa-se que, “[...] apesar da forte credibilidade da palavra escrita, o uso da palavra oral permanece e é cada vez mais intenso nos dias atuais” (Bortolin, 2010, p. 32).

Logo, como defende Sanz Hernández (1995), a oralidade consiste nas formas de expressão para se realizar interlocuções que pronunciam ou representam palavras e seus atributos de sentidos e significados característicos a uma determinada realidade histórica e sociocultural. Assim, a oralidade compreende “[...] uma prática social interativa para fins comunicativos que se apresenta sob várias formas ou gêneros textuais fundados na realidade sonora [...]” (Marcuschi, 2003, p. 25).

A oralidade se manifesta como capacidade intrínseca da condição humana pelo domínio da língua, sendo esta definida como um conjunto estruturado de elementos que se articulam por sons e gestos no processo de comunicação (Pêcheux, 1988; Austin, 1990; Orlandi, 2001; Merleau-Ponty, 2011). Tal aspecto é vislumbrado por Saussure (2006, p. 35) com entendimento de que “A língua tem, pois, uma tradição oral independente da escrita e bem diversamente fixa; todavia, o prestígio da forma escrita nos impede de vê-lo”. Observa-se que, pelos processos de construção histórica e social, a língua se projeta culturalmente e neste ambiente de interações encontram-se as palavras, como atributos da linguagem, utilizadas nas diversas formas de manifestações, inclusive pela oralidade (Pêcheux, 1988). Todavia, “O que há antes da fala é apenas uma intenção significativa, uma necessidade muda, cujo destino é a palavra como seu acabamento” (Furlan; Bocchi, 2003, p. 449).

É pela manifestação do corpo e da voz que as fontes orais são produzidas (Garay, 1999). Pois, notadamente, as fontes orais são registros que expressam o testemunho, o relato, a impressão e a opinião de fatos, eventos, situações e acontecimentos (Sanz Hernández, 1995; Garay, 1999; Freitas, 2006). Com isso, as fontes orais se desenvolvem a partir da identificação de evidências (Silveira, 2007). E tais evidências são traços ou vestígios que identificam a localização discursiva das palavras pronunciadas e seus contextos históricos e socioculturais (Orlandi, 2001; Merleau-Ponty, 2011).

Na fala também se observa aspectos característicos ligados aos repertórios linguísticos (Spink, 2010). Tudo isso pode ser somado aos indícios de manifestações do corpo, especialmente pelos gestos como formas de se expressar sentidos com referência contextual localizada (Merleau-Ponty, 2011). São performances da oralidade que representam muitos aspectos da linguagem, até mesmo dos discursos perceptíveis, camuflados ou aparentemente embutidos (Cavalcanti, 2016).

As fontes orais, sob a perspectiva de fontes vivas, se baseiam fundamentalmente na narrativa de alguém com importância e credibilidade comprovadas e que, sob estímulos, expõe percepções e pontos de vistas a respeito de aspectos observados em momentos do passado (Freitas, 2006), inclusive anedotas de situações específicas (Sanz Hernández, 1995). Nesse processo, a oralidade determina uma forma de linguagem em que “A voz humana pode exprimir tonalidade, cor, cadência, e matizes de significado que inexistem em suas representações escritas” (McGarry, 1999, p. 66). Mas também, como já fora mencionado, a oralidade é gestual. Isso porque “[...] o gesto pode ser signo, na medida muito geral em que ele é culturalmente condicionado, e na medida específica em que ele traz, em meio determinado, uma significação convencional” (Zumthor, 2001, p. 243).

As linguagens estruturam as bases significativas das fontes orais e as palavras expressas em seus registros evidenciam, direta ou indiretamente, elementos que revelam e atribuem sentido característico da narrativa situando-a em determinado contexto (Sanz Hernández, 1995; Biderman, 1998). Pois, como afirma Troncoso de la Fuente (1999, p. 141, tradução nossa), “Todo depoimento

oral deve ser compreendido em relação ao momento da entrevista. Como uma “fonte viva”, a passagem do tempo pode modificar não os fatos, mas as impressões, imagens e avaliações desses fatos”.

Além do mais, todas as narrativas, inclusive as manifestas pela oralidade de pessoas, aqui entendidas como fontes vivas, são construções do pensamento sob o enfoque de alguém, sujeito histórico e culturalmente localizado, que é, direta ou indiretamente, influenciado pelas percepções do seu meio social (Pêcheux, 1988; Troncoso de la Fuente, 1999; Cavalcanti, 2016). Com isso, Garay (1999, p. 149, tradução nossa) entende que “As contradições implícitas na ideologia e na mentalidade, reprimidas ou negadas na consciência pela cultura dominante, são reveladas no discurso oral [...]”.

Sim! Todo relato, registrado ou não, advém de uma linguagem discursiva que apresenta e representa sentido dotado de atributos referenciais, tendo as palavras e os conceitos como indícios e traços linguísticos para expressar inclinações em suas opiniões com argumentos influenciados pela sua cosmovisão (Troncoso de la Fuente, 1999; Cavalcanti, 2016). Por esta perspectiva, é possível criteriosamente identificar que o sujeito narrador desenvolve uma explanação com base em seu ponto de vista, ou seja, se trata de um “olhar” pessoal mediado por implicações empíricas das suas vivências, acarretando em interpretações de aspectos contextualizados no passado por narrativas de um tempo presente (Freitas, 2006).

Em tal contexto, ainda que, em princípio, não haja intencionalidade, a fala do narrador carrega em si as bases linguísticas de um discurso que se impõe como:

[...] alguma coisa mais forte – que vem pela história, que não pede licença, que vem pela memória, pelas filiações de sentidos constituídos em outros dizeres, em muitas outras vozes, no jogo da língua que vai-se historicizando aqui e ali, indiferentemente, mas marcada pela ideologia e pelas posições relativas ao poder – traz em sua materialidade os efeitos que atingem esses sujeitos apesar de suas vontades (Orlandi, 2001, p. 32).

Sendo assim, a linguagem demarca no sujeito a sua percepção da realidade, permitindo que as palavras e seus significados expressem intencionalidade (Austin, 1990). Para Sanz Hernández (1995, p. 219) “A

identidade daqueles que invocam seu passado está imbuída de conceitos como subjetividade, individualidade, memória e consciência coletiva”. Notadamente, esta percepção de linguagem direcionada confere à ideia de que “[...] todo discurso implica uma trajetória, uma leitura e um compromisso” (Bueno, 2007, p. 37). Com isso, a noção de neutralidade se torna uma falácia (Prado, 2023). Pois, “Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra” (Freire, 1997, p. 86).

De todo o modo, são inegáveis as contribuições significativas das fontes orais para o desenvolvimento e a amplitude de estudos em contextos históricos, sociais e culturais (Sanz Hernández, 1995). Isso porque as fontes orais possibilitam “[...] que pensemos a oralidade em toda a sua funcionalidade como ferramenta de transmissão de valores, sentimentos, visões de mundo. Enfim, como instrumento de transmissão de cultura” (Silva; Silva, 2009, p. 188).

Apesar da importância aqui apresentada a respeito da oralidade, na Ciência da Informação não há concordância para legitimar esta forma de linguagem, quando ausente de registros em suportes de tipologias documentais. Pois:

A oralidade não se constitui, ainda, como elemento consensual na Ciência da Informação. Para esse campo do conhecimento, que abrange o documento, seu registro, guarda e compartilhamento, ainda se encontram tímidas as questões com a oralidade, que na maioria das vezes não é registrada (Constantino; Silva, 2024).

Se a Ciência da Informação distancia do seu objeto de estudo a informação disponível pela oralidade sem registros documentais, o mesmo não acontece em relação às fontes orais. Exatamente por serem registros documentais fixados em algum tipo de suporte informacional é que tornam essas fontes recursos de interesse à Ciência da Informação. Afinal, por esta perspectiva, “Os analfabetos e as pessoas com cegueira total, por exemplo, em sua maioria só se apropriam da informação e da literatura pelos ouvidos” (Bortolin; Santos Neto, 2020, p. 497), ou seja, pela utilização das fontes orais. Desse modo, se percebe que as fontes orais, como recursos de informação, cumprem uma função social característica à missão institucional designada aos equipamentos informacionais.

E é neste aspecto que atualmente se tem estudado e explorado as potencialidades da oralidade, ou seja, a partir de registros físicos ou digitais das fontes orais. Afinal, “A construção do conhecimento também ocorre por meio da oralidade, permitindo a apropriação de informações que são transmitidas verbalmente” (Carvalho; Nascimento; Bezerra, 2018, p. 463). No entanto, há tendências de mudanças em outros domínios de especialidades e Freitas (2006, p. 68) exemplifica o que tem ocorrido na História e nas Ciências Sociais tornando “[...] a noção de que o documento escrito possui um valor hierárquico superior a outros tipos de fonte vêm sendo sistematicamente contestada, em um século marcado por um avanço sem precedentes nas tecnologias de comunicação”.

Todavia, a oralidade em si, manifesta na forma espontânea e genuína da voz e dos gestos corporais ou ainda por estímulos de relatos testemunhais, é uma construção de conveniências sociais (Ong, 1998). E é neste contexto sociocultural que a linguagem da oralidade expõe as palavras em pronúncias pelas falas com explanações, causos entonados, relatos factuais, narrativas de pontos de vistas e gestos corporais (Austin, 1990; Merleau-Ponty, 2011; Pereira; Bortolin; Santos Neto, 2022).

Assim, percebe-se que o contexto social é um fator determinante no processo de apropriação das palavras e também de manifestação da linguagem (Marcuschi, 2003). Afinal, “As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua” (Orlandi, 2001, p. 32). Através da oralidade a cultura é socialmente transmitida em um processo sonoro que envolve os matizes sincréticos dos gêneros de cantos ou cantigas tradicionais e os sons de instrumentos populares (Galvão; Batista, 2006).

Enfim, toda essa riqueza humana da sua manifestação verbal e sonora se encontra à margem das fontes informacionais que são objeto da Ciência da Informação, quando não há registros documentais (Bortolin, 2010). A oralidade, como expressão do corpo humano, tem potencialidades para ser contemplada nos interesses dos pesquisadores especializados no domínio da Ciência da Informação. Para Bortolin (2010, p. 124) a “[...] informação oral, mesmo tendo

uma existência fugaz, está, embora não na sua totalidade, na memória do leitor-ouvinte e, portanto, é informação”.

Deste modo, as fontes vivas, como define Troncoso de la Fuente (1999) às pessoas identificadas como testemunhas históricas ou ouvintes privilegiados dos relatos de fatos registrados pela oralidade que se propagam unicamente pela memória social, são recursos da linguagem falada que podem enriquecer o arcabouço informacional da Ciência da Informação.

Diante desse contexto, é possível reconhecer que “A natureza humana muda devagar, mas inclui um inacreditável leque de mecanismos para que nos adaptemos aos ambientes” (Shirky, 2011, p. 111). Que esta crença afirmativa de Shirky (2011) possa ser uma luz e profecia à esperança para a oralidade compor, no futuro, a seara informacional da Ciência da Informação. Dessa maneira, entende-se que a mediação oral da informação é uma oportunidade significativa para esse progresso de reconhecimento efetivo da oralidade na Ciência da Informação. Pois, como identificam Bortolin e Santos Neto (2020, p. 502), “[...] mesmo que tímido há um movimento de interesse pela mediação oral em ambientes digitais”. Isto é, percebe-se que há condições notáveis para serem ampliados os estudos dedicados à mediação oral da informação.

Assim sendo, ao trazer para o contexto da Ciência da informação estudos com enfoques sobre a oralidade há expectativas de que outras pesquisas sejam desenvolvidas a respeito. Portanto, “Desencadear este debate é necessário para reavaliar e reorganizar o pensamento a respeito de como o “cientista da informação” pode contemplar a tratativa deste focus informativo (Constantino; Silva, 2024, p. 2)”. Enfim, dada a sua importância, considera-se necessário que se legitime a oralidade como fonte de informação a ser amplamente explorada por estudos e pesquisas em Ciência da Informação.

4 A mediação oral da informação em busca da expansão de um conceito

A oralidade é complexa e por isso mesmo se mostra sortida de qualidades indelévels que expressam sentidos informacionais. A oralidade se apresenta como um processo comunicacional estruturado em formas de interlocuções que repercutem na emissão e na receptividade de conteúdos informativos (Cortes;

Bari; Belchior, 2021). Sendo assim, ela permite que haja o desenvolvimento de um tipo de informação com aspectos e características específicas e bem definidas nas instâncias da informação oral (Triches; Santos Neto; Bortolin, 2024).

Entende-se como informação oral o conteúdo sonoro e audível *que pode ser*¹ registrado em algum tipo de suporte documental com acesso condicionado à intermediação de recursos tecnológicos desenvolvidos para reprodução de som, contendo ou não gravações em formato de filmes, documentários ou quaisquer outras modalidades de vídeos e conteúdo audiovisual. Mas também, defende-se aqui que a informação oral ultrapassa a dimensão documental e se qualifica como uma fonte viva, em conformidade com Troncoso de la Fuente (1999), ou seja, as pessoas que têm legitimidade reconhecida pelo seu domínio de vivência ou testemunhal são consideradas como fontes orais de informação.

Sendo a oralidade uma forma de linguagem caracterizada por processos históricos e socioculturais, que se articula pela comunicação interativa, é factível reconhecer que se trata de uma ação orientada pelo deslocamento de fluxos de informação (McGarry, 1999). Como tal, em equipamentos e ambientes informacionais, inegavelmente repercute interesse teórico para agregar reflexões às competências da mediação oral da informação.

Percebe-se que o conceito de mediação da informação desenvolvido por Almeida Júnior (2015) influencia e orienta significativamente o entendimento de mediação oral da informação, pois a ideia base contida em ambas as ações mediacionais se assemelha na concepção processual e na finalidade propositiva. Porém, há aspectos da oralidade que precisam ser enaltecidos e diferenciados da mediação da informação. Mas a mediação oral da informação ainda não dispõe de um conceito referencial e específico no âmbito da Ciência da Informação.

Todavia, considera-se necessário registrar que Bortolin (2013) já manifestou a intenção de compartilhar com o professor Oswaldo Francisco de Almeida Júnior a iniciativa de coautoria para formulação de um conceito. Assim, certa vez, Bortolin (2013) afirmou que “Pensando nisso convido Almeida Júnior [...] para juntos tecermos [...] uma definição para a mediação oral de informação” (Bortolin, 2013).

Apesar de a parceria não ter se concretizado, em iniciativa individual, Bortolin (2013) propôs um enunciado contendo noções preliminares a respeito do seu entendimento para mediação oral da informação que considera corresponder a “Toda realização do profissional da informação no sentido de possibilitar que o leitor ouvinte se aproprie da informação, seja ela veiculada por meio da *voz viva* ou da *voz mediatizada*”. Ressalta-se que essa concepção referencial foi publicada no canal *Infohome* que é um *site* de acesso aberto, dedicado à Ciência da Informação, mantido pelo professor Almeida Júnior com a participação de especialistas escrevendo colunas semanais. Portanto, tal conceito se desenvolveu de forma embrionária e nunca foi formalmente publicado em revista científica.

A falta de um conceito uniforme que oriente entendimentos consensuais na atualidade para mediação oral da informação tem proporcionado que a noção referencial de Mediação Oral da Literatura (MOL) supra de alguma forma esta lacuna. Pois, Bortolin (2010) elaborou uma definição que aproxima entendimentos referenciais à MOL, sendo esta uma extensão da mediação oral. A MOL tem como escopo a ação mediacional de profissionais com competência qualificada, inclusive bibliotecários, para atuarem no processo de leitura que envolve o desenvolvimento de habilidades e gostos preferenciais no sujeito leitor. Desse modo, Bortolin (2010, p. 137) entende a MOL como “[...] toda intervenção espontânea ou planejada de um mediador de leitura visando a aproximar o leitor-ouvinte de textos literários seja por meio da *voz viva* ou da *voz mediatizada*”.

Apesar de a MOL manter estreita proximidade com a mediação oral da informação a sua especificidade tão característica implica que a definição proposta por Bortolin (2010) seja restrita unicamente ao contexto da leitura e seus processos mediacionais. À vista disso, considera-se pertinente apresentar entendimentos com enunciado dotado de atributos que contemplem à noção de mediação oral da informação. Neste sentido, define-se mediação oral da informação como: Toda ação de interferência, com intencionalidade consciente ou não, realizada em processos humanos ou pelos recursos tecnológicos que oportunizam a oralidade como linguagem comunicacional, causando algum

efeito na eloquência verbal da narrativa informacional, por meio de demonstrações explícitas e implícitas manifestas na voz, no corpo, no espaço e na espontaneidade da presença.

Ressalta-se que essa definição foi desenvolvida tendo como base a tese de Bortolin (2010) que analisa a MOL pela perspectiva da voz, do corpo, do espaço e da presença em um ambiente identificado como “oralisfera” combinando com o conceito de mediação da informação elaborado por Almeida Júnior (2015) que enfatiza o aspecto da interferência nos processos mediacionais. Para as devidas ponderações considera-se importante elucidar que:

A oralisfera abrange a atmosfera que envolve o ato da oralidade, incluindo as pessoas envolvidas [...] e outros elementos associados à oralidade, como voz, corpo, movimento, respiração, ruído, som, cheiro, gesto, olhar, sussurro, pausa e silêncio. Esse conceito transcende o ambiente físico e abarca também o ambiente digital (Triches; Santos Neto; Bortolin, 2024, p. 6).

No conceito proposto por este estudo ao entendimento característico de mediação oral da informação há elementos referenciais extraídos da tese de Bortolin (2010) que foram incorporados ao enunciado conceitual. Neste sentido, a voz, o corpo, o espaço e a presença são quatro aspectos determinantes da oralidade que orientam a noção conceitual aqui proposta e as suas características fundamentais que seguem descritas na sequência.

A **voz** configura a expressão sonora da palavra que permite uma comunicação audível. Assim, “As falas são atos, exercem poderes, destroem e criam” (Lévy, 2011, p. 143). É pela fala que a linguagem oral emite a sonoridade em que a palavra é pronunciada de forma vocal-auditiva (Bortolin, 2010). Logo, a palavra falada representa a sua “[...] constituição física como som” (Ong, 1998, p. 88). E neste processo da linguagem oralizada encontram-se “[...] o tom, o ritmo, as modulações como gritos, sussurros, pausas, ímpeto de entusiasmo, dor, tristeza, inflexões da palavra, por exemplo, exclamações (que exige a elevação da voz) e interrogações (que exige a suspensão da voz)” (Bortolin, 2010, p. 180). Nessa perspectiva, a voz repercute como manifestação da natureza humana para oralizar informações e propagar diferentes tipos de

conhecimentos que persistem incutidos na cultura expressa da memória social (Gumbrecht, 2010). Afinal:

[...] dentro da existência de uma sociedade humana, a voz é verdadeiramente um objeto central, um poder, representa um conjunto de valores que não são comparáveis verdadeiramente a nenhum outro, valores fundadores de uma cultura, criadores de inumeráveis formas de arte (Zumthor, 2005, p. 61).

O corpo é a evidência material de um ser vivo que dispõe de atributos e potencialidades individuais para externar e mostrar reações. Merleau-Ponty (2011) entende que o corpo é um equipamento psicofisiológico dotado de múltiplas capacidades, inclusive para expressar linguagens comunicacionais. É pelo corpo humano que a oralidade se manifesta em sua essência múltipla e difusora de sentidos (Ong, 1998). Zumthor (2014, p. 23) entende que o corpo “[...] é a materialização daquilo que me é próprio, realidade vivida e que determina minha relação com o mundo”. Pela concepção da oralidade o corpo se manifesta através da fala, atividade vocal-auditiva em que “As palavras proferidas são sempre modificações de uma circunstância total, existencial, que sempre envolve o corpo” (Ong, 1998, p. 81). Com isso, inegavelmente, percebe-se que o corpo é essencial para o ato da narrativa.

O espaço confere à dimensão do lugar como território de socialização. Com isso, “[...] o espaço é um objeto eminentemente cultural, variável consoante as sociedades, as culturas e as épocas – um espaço orientado, penetrado pela ideologia e pelos valores” (Le Goff, 1994, p. 147). O espaço é sempre dinâmico porque o ser humano está em permanente transformação e, com isso, alterando as estruturas do seu meio (Santos, 2012). E neste processo cambiante e fugaz, “[...] é possível afirmar que o espaço faz o homem e o homem constrói o espaço” (Bortolin, 2010, p. 193). Assim, a oralidade apresentada no espaço “[...] possui sua própria economia, suas próprias leis de movimento e de estrutura” (Ong, 1998, p. 116).

A presença possivelmente seja o elemento da oralidade de maior efeito porque engloba a performance e sua estética, convergindo na integração articulada da voz, do corpo e do espaço (Bortolin, 2010). Nesta perspectiva, entende-se que a estética é um tipo de “[...] conhecimento pelo sensível [...]”

(Coelho Netto, 1973, p. 9). E como tal, a presença se constrói e se expõe pelas diferentes formas de manifestações da sensibilidade humana (Gumbrecht, 2009; 2010). Com isso, a presença “É a profundidade correspondente à orientação dos aspectos sensíveis sobre os aspectos inteligíveis que irá marcar as espessuras da enunciação [...]” (Bonin, 2023, p. 6).

Notadamente, a presença é uma linguagem que expressa sentido (Ong, 1998). Todavia, no âmbito da oralidade, a presença se manifesta pelo corpo dando representação sonora, gestual e visual à alegoria da fala que qualifica a sua compleição em ato comportamental para associar o tempo a um lugar específico (Gumbrecht, 2010). Ainda que não haja intencionalidade, a presença constitui a forma de se exteriorizar narrativas utilizando das linguagens orais para expressar conteúdo informacional em combinação articulada com voz, corpo e espaço, ocupando este último, em geral, com muita intensidade.

Ressalta-se que a presença é uma performance para socialização habitual do dia a dia porque “De fato, não posso existir na vida cotidiana sem estar continuamente em interação e comunicação com os outros” (Berger; Luckmann, 2004, p. 40). Contudo, a presença nem sempre é autêntica, genuína, verdadeira, sincera e fiel com o que é demonstrado na performance e na narrativa da representação social do sujeito, ela pode ser um artifício simulado para alcançar efeitos desejados por meio de linguagens implícitas e explícitas. Portanto, a presença manifesta pela oralidade pode ser utilizada para transmitir benquerença e malquerença.

5 Considerações finais

A mediação oral da informação é um processo da oralidade que repercute diretamente nas dimensões do compartilhamento da informação. Sua concepção orienta-se pelas narrativas manifestas em múltiplas formas de linguagens. Com isso, a mediação oral da informação apresenta potencialidades significativas aos estudos informacionais característicos da Ciência da Informação.

A presente investigação objetivou contribuir com a elaboração de um enunciado conceitual para expressar entendimentos referenciais à mediação oral da informação. Para tanto, foi necessário empreender reflexões sustentadas por

um denso embasamento teórico. Nesta perspectiva, os aportes fundamentais da mediação da informação serviram para alinhar este processo mediacional às acepções que alicerçam o sentido de linguagem, oralidade e fontes orais.

Os estudos de Bortolin (2010) foram substanciais para o desenvolvimento da presente pesquisa. Pois, essa tese doutoral oportunizou um aprofundamento teórico com ênfase no “olhar” da Ciência da Informação sobre a oralidade e suas contribuições potenciais que possibilitam amplitudes epistêmicas nesse domínio de especialidade do conhecimento científico. Desse modo, Bortolin (2010) propiciou a identificação de características qualificadas nos elementos de voz, corpo, espaço e presença ao enunciado aqui proposto para definir mediação oral da informação.

Como todo estudo de natureza científica, há lacunas específicas nesta pesquisa que se justificam pela orientação determinada ao alcance dos objetivos fixados aos propósitos desta investigação. Pois, se trata de uma pesquisa essencialmente teórica para formulação conceitual e, com isso, não foram realizados levantamentos exploratórios a respeito do estado da arte da oralidade e nem mesmo da mediação oral da informação no domínio da Ciência da Informação. Sendo assim, recomendam-se estudos futuros que possam contemplar tais aspectos omitidos na presente pesquisa. Com isso, considera-se necessário o interesse futuro de pesquisadores da Ciência da Informação para realizarem pesquisas exploratórias que investiguem contextos e variáveis que, sob a análise qualitativa, revelem tendências e circunstâncias específicas da mediação oral da informação nesse domínio.

De todo o modo, faz-se mister enfatizar que estudos centrados na oralidade, no âmbito da mediação oral da informação, tem o ensejo de demarcar posicionamento crítico na Ciência da Informação. Isso porque o referido domínio tende a privilegiar e a reconhecer unicamente a informação registrada como base estruturante do seu repertório científico, e consequentemente epistêmico. Portanto, espera-se que o conceito aqui proposto para definir entendimentos referenciais de mediação oral da informação possa, de alguma forma, contribuir para ampliar interesses sobre este enfoque temático na Ciência da Informação.

Referências

ALMEIDA, Carlos Cândido. Mediação como processo semiótico: em busca de bases conceituais. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2012.

ALMEIDA, Marco Antônio. Mediações da cultura e da informação: perspectivas sociais, políticas e epistemológicas. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-24, 2008.

ALMEIDA, Marco Antônio. Mediação e mediadores nos fluxos tecnoculturais contemporâneos. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 191-214, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2014v19n2p191>. Acesso em: 12 jun. 2024.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco. Mediação da informação: ampliando o conceito de disseminação. *In: ENCUESTRO DE EDUCADORES E INVESTIGADORES EN BIBLIOTECOLOGIA, ARCHIVOLOGIA, CIÊNCIAS DE LA INFORMACIÓN Y DE LA DOCUMENTACIÓN DE IBEROAMÉRICA Y EL CARIBE*, 7., 2006, Marília. **Anais [...]**. Marília: UNESP, 2006.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p.89-103, 2009.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo; SILVA, Rovilson José. Mediação oral da informação e da leitura*. São Paulo: ABECIN, 2015. cap.1, p. 9-32.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco; BORTOLIN, Sueli. Mediação da informação e da leitura. *In: SILVA, Terezinha. Elisabeth (org.). Interdisciplinaridade e transversalidade em Ciência da Informação*. Recife: NECTAR, 2008. p. 67-85.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é Ciência da Informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.

AUSTIN, John Langshaw. **Cómo hacer cosas con palabras**. Buenos Aires: Paidós, 1990.

BERGER, Peter Ludwig; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BEZERRA, Arthur Coelho. **Miséria da informação**: dilemas éticos da era digital. Rio de Janeiro: Garamond, 2024.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Dimensões da palavra. **Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, n. 2, p. 81-118, 1998.

BONIN, Gustavo Cardoso. **Por uma enunciação musical**: a profundidade tensiva e as espessuras da presença. 2023. Tese (Doutorado em Música) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

BORTOLIN, Sueli. **Mediação oral da literatura**: a voz dos bibliotecários lendo ou narrando. 2010. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2010.

BORTOLIN, Sueli. Mediação da informação: outras definições. **Infohome**, [s. l.], out. 2013.

BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos. Mediação oral da informação e da literatura em ambiente digital. *In*: SANTOS NETO, João Arlindo; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco; BORTOLIN, Sueli (org.). **Perspectivas em mediação no âmbito da Ciência da Informação**. São Paulo: ABECIN, 2020. cap. 19, p. 496-521.

BUENO, Wilson Costa. **Comunicação, jornalismo e meio ambiente**: teoria e pesquisa. São Paulo: Mojoara, 2007.

CARVALHO, Ana Cristina Guimarães; NASCIMENTO, Maria Gezilda e Silva; BEZERRA, Midinai Gomes. A mediação da informação na narrativa oral e na história de vida: proposições dialogais. **RDBCI: Revista Digital Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 6, n. 2, p. 461-482, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v16i2.8651516>. Acesso em: 12 jun. 2024.

CAVALCANTI, Camilla Reisler. **Discurso camuflado**: uma análise crítica e multimodal do anúncio “confissões de camuflagem”. 2016. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Programa de Pós-Graduação Linguística, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

CHOMSKY, Noam. **Reflexões sobre a linguagem**. São Paulo: Cultrix, 1980.

CINTRA, Ana Maria Marques; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira; LARA, Marilda Lopes Ginez; KOBASHI, Nair Yumiko. **Para entender as linguagens documentárias**. 2. ed. São Paulo: Polis, 2002.

COELHO NETTO, José Teixeira. **Introdução à teoria da informação estética**. Petrópolis: Vozes, 1973.

CONSTANTINO, Ana Cláudia; SILVA, Rovilson José. Oralidade: as contribuições de Paul Zumthor à Ciência da Informação. *In: COLÓQUIO EM ORGANIZAÇÃO, ACESSO E APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO*, 8., 2024, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2024.

CORTES, Vanderléa Nobrega de Azevedo; BARI, Valéria Aparecida; BELCHIOR, Cleide Aparecida Freires. Fontes orais e sua relevância documental para as narrativas de memória nas organizações. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 11, n. 2, p. 101-120, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v11i2p101-120>. Acesso em: 12 jun. 2024.

FADEL, Bárbara *et al.* Gestão, mediação e uso da informação. *In: VALENTIM, Marta Lúcia Pomim (org.). Gestão, mediação e uso da informação*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. cap. 1, p. 13-32.

FEITOSA, Luiz Tadeu. **O poço da draga**: a favela e a biblioteca. São Paulo: Annablume, 1998.

FEITOSA, Luiz Tadeu. Complexas mediações: transdisciplinaridade e incertezas nas recepções informacionais. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 98-117, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.36517/ip.v1i1.3064>. Acesso em: 12 jun. 2024.

FEITOSA, Luiz Tadeu. Cultura e informação: estudo das complexidades mediativas nas novas realidades contemporâneas. *In: FARIAS, Maria Giovanna Guedes; PINTO, Virgínia Bentes (org.). Ciência da informação em contextos*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREITAS, Sônia Maria. **História oral**: possibilidades e procedimentos. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2006.

FURLAN, Reinaldo; BOCCHI, Josiane Cristina. O corpo como expressão e linguagem em Merleau-Ponty. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 8, n. 3, p. 445-450, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2003000300011>. Acesso em: 12 jun. 2024.

GALVÃO, Ana Maria Oliveira; BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Oralidade e escrita: uma revisão. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 128, p. 403-432, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742006000200007>. Acesso em: 12 jun. 2024.

GARAY, Graciela. Las fuentes orales. *In: WOBESER, Gisela von (coord.). Reflexiones sobre el oficio del historiador*. Ciudad de México: Universidad

Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Históricas, 1999. cap. 9, p. 145-158.

GOMES, Henriette Ferreira. Comunicação e informação: relações dúbias, complexas e intrínsecas. In: MORIGI, Valdir; JACKS, Nilda; GOLIN, Cida (org.). **Epistemologias, comunicação e informação**. Porto Alegre: Sulina, 2016. cap. 5, p. 91-107.

GOMES, Henriette Ferreira. O comum, a mediação da informação e o protagonismo social: interdependências para um mundo de preservação, igualdade e fraternidade. **Folha de Rosto: Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Juazeiro do Norte, v. 9, n. 2, p. 226-241, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.56837/fr.2023.v9.n2.982>. Acesso em: 12 jun. 2024.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. A presença realizada na linguagem: com atenção especial para a presença do passado. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 2, n. 3, p. 10-22, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.15848/hh.v0i3.68>. Acesso em: 12 jun. 2024.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de presença**: o que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

KRISTEVA, Julia. **História da linguagem**. Lisboa: Edições 70, 1969.

LE GOFF, Jacques. **O imaginário medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

LIMA, Paulo Ricardo Silva; ARRUDA, Anderson Matheus Alves; PRADO, Marcos Aparecido Rodrigues. Tendências temáticas predominantes em mediação da informação: análise das produções científicas indexadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). In: ENCONTRO BRASILEIRO DE BIBLIOMETRIA E CIENTOMETRIA, 9., 2024, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: Universidade de Brasília, 2024.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo. Mediação e recepção. Algumas conexões teóricas e metodológicas nos estudos latino-americanos de comunicação. **Matrizes**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 65-80, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v8i1p65-80>. Acesso em: 12 jun. 2024.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 7. ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2015.

MARTINS, Ana Amélia Lage. Mediação e bibliotecas públicas: uma perspectiva dialética. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 19, n. esp., p.164-185, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/2298>. Acesso em: 12 jun. 2024.

MARTINS, Ana Amélia Lage; MARTELETO, Regina Maria. Mediações da informação: sentidos sócio-históricos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 174-196, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/4140>. Acesso em: 12 jun. 2024.

MCGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

OLSON, Hope A. **The power to name**: locating the limits of subject representation in libraries. Berlin: Springer, 2002.

ONG, Walter. **Oralidade e cultura escrita**: a tecnologização da palavra. Campinas: Papirus, 1998.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988.

PEREIRA, Ana Paula; BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo. A performance literária do contador de causos brasileiros Rolando Boldrin. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 20, p. 1-21, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v20i00.8671176>. Acesso em: 12 jun. 2024.

PRADO, Marcos Aparecido Rodrigues. Acolhimento e receptividade pela mediação da informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 19, p. 1-36, 2023.

SANTAELLA, Lucia. **Cultura e artes do pós-humano**: da cultura das mídias à cibercultura. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2010.

SANTAELLA, Lucia. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paulus, 2014.

SANTAELLA, Lucia. **Matrizes da linguagem e pensamento**: sonora, visual, verbal: aplicações na hipermídia. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 2019.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

SANTOS NETO, João Arlindo. **O estado da arte da mediação da informação**: uma análise histórica da constituição e desenvolvimento dos conceitos. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2019.

SANTOS NETO, João Arlindo. Mediação implícita da informação e os marcadores sociais da diferença: protagonismo e aspectos éticos na Organização e Representação da Informação e do Conhecimento. **Folha de Rosto: Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Juazeiro do Norte, v. 9, n. 2, p. 269-297, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.56837/fr.2023.v9.n2.971>. Acesso em: 12 jun. 2024.

SANZ HERNÁNDEZ, Maria Alexia. Fuentes orales y documentales en la investigación social. **Proyecto social: Revista de Relaciones Laborales**, Zaragoza, n. 3, p. 217-230, 1995.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SHIRKY, Clay. **A cultura da participação**: criatividade e generosidade no mundo conectado. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Percepções conceituais sobre mediação da informação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 1, p. 93-108, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v6i1p93-108>. Acesso em: 12 jun. 2024.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. 2. ed. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Thiago Felipe Soares. **Explorando a evolução conceitual em mediação da informação**: uma década de compartilhamento teórico no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB, 2013-2023). 2024. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2024.

SILVA, Fernando Santos; NUNES, Jefferson Veras; CAVALCANTE, Lidia Eugênia. O conceito de mediação na Ciência da Informação brasileira: uma análise a partir da Brapci. **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**, Marília, v. 12, n. 2, p. 33-42, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2018.v12n2.05.p33>. Acesso em: 12 jun. 2024.

SILVEIRA, Éder Silva. História oral e memória: pensando um perfil de historiador etnográfico. **Métis: história & cultura**, Caxias do Sul, v. 6, n. 12, p. 35-44, 2007.

SPINK, Mary Jane. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

TRICHES, Marcos César; SANTOS NETO, João Arlindo; BORTOLIN, Sueli. Podcast e mediação oral da informação. **Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 9, n. esp., p. 1-18, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.47681/rca.v9i.65971>. Acesso em: 12 jun. 2024.

TRONCOSO DE LA FUENTE, Rosa. Fuentes orales: creacion e interpretacion. **Histórica**, Lima, v. 23, n. 1, p. 135-149, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.18800/historica.199901.005.p33>. Acesso em: 12 jun. 2024.

VIGOTSKY, Lev Semenovich. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ZUMTHOR, Paul. **Introdução à poesia oral**. São Paulo: Hucitec, 1997.

ZUMTHOR, Paul. **A letra e a voz: a “literatura” medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ZUMTHOR, Paul. **Escritura e nomadismo**. Cotia: Ateliê Editorial, 2005.

ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura**. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

Concept of oral information mediation: elements of reference bases

Abstract: The oral information mediation is a conceptual extension of mediation in Information Science, encompassing orality in its essence and still little explored in the informational field. It was observed that, despite its communicational importance, orality still lacks epistemic adherence in Information Science. It was also identified that there was a conceptual gap in this domain to specifically define the processes of oral information mediation. Thus, this study aimed to develop a concept for oral information mediation. Methodologically, this investigation employed bibliographic research, characterized by its basic nature, with a qualitative approach to its analyses structured through a bibliographic review. The bibliographic research procedures were systematized into four analytical categories: information mediation, language, orality, and oral sources. As a result, after a thorough analysis of the specialized literature, a concept was proposed to define the

process of oral information mediation, based on the studies of Bortolin, in line with the understanding of information mediation conceived by Almeida Júnior. Therefore, the concept for oral mediation of information developed here includes the four elements of orality, identified by Bortolin, which are: voice, body, space and presence.

Keywords: oral information mediation; information mediation; concept; orality; oral sources

Declaração de autoria

Concepção e elaboração do estudo: Marcos Aparecido Rodrigues do Prado, Sueli Bortolin, Filipe Vinícius Cabral Neri

Coleta de dados: Marcos Aparecido Rodrigues do Prado, Sueli Bortolin, Filipe Vinícius Cabral Neri

Análise e interpretação de dados: Marcos Aparecido Rodrigues do Prado, Sueli Bortolin, Filipe Vinícius Cabral Neri

Redação: Marcos Aparecido Rodrigues do Prado, Sueli Bortolin, Filipe Vinícius Cabral Neri

Revisão crítica do manuscrito: Marcos Aparecido Rodrigues do Prado, Sueli Bortolin, Filipe Vinícius Cabral Neri

Declaração de disponibilidade de dados

Não se aplica.

Autoria para correspondência

Marcos Aparecido Rodrigues do Prado
marcos.prado@ichca.ufal.br

Editor-chefe

Thiago Henrique Bragato Barros

Como citar

PRADO, Marcos Aparecido Rodrigues; NERI, Filipe Vinícius Cabral; BORTOLIN, Sueli. Conceito de mediação oral da informação: elementos de bases referenciais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 32, e-146366, 2026. DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-5245.32.146366>

Recebido: 16/03/2025

Aceito: 01/10/2025

Copyright (c) 2026 Marcos Aparecido Rodrigues do Prado, Filipe Vinícius Cabral Neri, Sueli Bortolin. Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY 4.0), que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria. Os artigos são de acesso aberto e uso gratuito.



¹ Contexto de flexibilidade que remete o entendimento de informação em conteúdo disponível nos registros documentais de estruturas físicas e também em fontes vivas que se utilizam da oralidade para emitir e fornecer informação.